

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA AMBIENTAL ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro*

Mário Henrique da Mata Martins**

Renata Laureano da Silva***

Recebido: 08 abr. 2011

Aprovado: 11 maio 2011

* Dra. Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora do Curso de Psicologia e do Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Tutora do Programa de Educação Tutorial (MEC) do Curso de Psicologia da UFAL. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, Alagoas, Brasil. E-mail: xiliribeiro@gmail.com.br

** Estudante de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas e bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Psicologia/UFAL). Universidade Federal de Alagoas. Maceió, alagoas, Brasil. E-mail: martins.mariodamata@uol.com.br

*** Estudante de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas e bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-Psicologia/UFAL). Universidade Federal de Alagoas. Maceió, Alagoas, Brasil. E-mail: renatinha_laureano@hotmail.com

Resumo: Configura as contribuições da Psicologia Ambiental no campo das Políticas Públicas no Brasil. Realizamos um estudo das publicações disponíveis sobre Psicologia Ambiental e Políticas Públicas por meio da busca em bases de dados (*Index Psi*, *LILACS*, *PePSIC* e *Scielo*). Selecioneamos e analisamos vinte e sete artigos, a partir do referencial teórico-metodológico das Práticas Discursivas, resultando na classificação de três grupos de produção. Os treze artigos que configuram o campo de estudos da Psicologia Ambiental enquanto disciplina do ponto de vista epistemológico, teórico e metodológico, formam o primeiro grupo. Compõe o segundo grupo, oito artigos identificados como teórico-práticos pelas propostas de intervenção. Os seis artigos que articulam a Psicologia Ambiental às Políticas Públicas integram o terceiro grupo. As contribuições da Psicologia Ambiental às Políticas Públicas identificadas caracterizam-se pelas propostas de aplicação dos conhecimentos da Psicologia Ambiental e de atuação dos psicólogos no âmbito das políticas ambientais, incentivando a participação comunitária e o envolvimento dos psicólogos no contexto da gestão ambiental.

Palavras-chave: Políticas públicas. Psicologia ambiental. Base de dados.

ENVIRONMENTAL PSYCHOLOGY'S CONTRIBUTIONS TO PUBLIC POLICY

Abstract: This article aims to configure the contributions of Environmental Psychology to Public Policies in Brazil. We conducted a bibliographic study of available publications on Environmental Psychology and Public Policies through database searching (Index Psi, LILACS, and Scielo PePSIC). We select and analyze twenty-seven articles. It was possible to identify three groups of production. In the first we listed thirteen articles outlining the field of Environmental Psychology studies as a discipline of epistemological standpoint, theoretical and methodological framework. In the second group there are eight articles related to theoretical-practical interventions. There are six articles in the third group, which articulates the environmental psychology to public policies. The contributions of Environmental Psychology to Public Policy are characterised by the application of Environment Psychology knowledge in the field of environmental policies, encouraging community participation and involvement of psychologists in the context of environmental management.

Key words: Public policies. Psychology. Data base.

O presente artigo configura as contribuições da Psicologia Ambiental do Brasil ao campo das Políticas Públicas. Integra a pesquisa intitulada “O Espaço da Psicologia nas Políticas Públicas do Estado de Alagoas”, desenvolvida pelo Programa de Educação Tutorial de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas.

O estudo bibliográfico foi realizado a partir da busca em bases de dados (Index Psi, LILACS, PePSIC e Scielo), a fim de identificar e caracterizar a produção da Psicologia Ambiental. As bases de dados se conformam como importantes ferramentas para a pesquisa bibliográfica e se constituem como espaços de legitimação e circulação dos repertórios de um determinado fenômeno (SPINK et al, 2007). A circulação desses repertórios direciona práticas e produz ações.

Ao focalizar nosso interesse nas Políticas Públicas Ambientais buscamos identificar, especialmente no campo da Psicologia Ambiental, as aproximações e interlocuções existentes. Diante destas questões, nosso primeiro movimento foi buscar nas bases de dados produções que abordassem temas da Psicologia Ambiental relacionados às Políticas Públicas.

Uma primeira discussão desse estudo bibliográfico focalizou as possibilidades de inserção dos psicólogos em políticas ambientais, que foi apresentada em São Paulo, no III Congresso de Psicologia: Ciência e Profissão (2010). As contribuições dos debatedores durante o evento e outra análise do material pesquisado resultaram no presente artigo.

Para considerar inicialmente a relação entre a Psicologia e o meio ambiente,

levamos em conta que desde sua regulamentação como profissão no Brasil, a Psicologia tem se aproximado de vários campos e práticas, estruturando-se através do desenvolvimento de ações nos mais diversos âmbitos e estreitando sua relação com as diferentes realidades sociais (FREITAS, 2008).

Nos últimos anos, a Psicologia tem se aproximado de modo contínuo das discussões acerca do meio ambiente e da degradação ambiental. Os estudos sobre as relações humano-ambientais passaram a ser a pauta de discussão de autores, que abordam a complexa conceituação de termos como sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Refletem sobre as possibilidades de intervenção no contexto sócio-ambiental e promovem o desenvolvimento de ações com vistas à melhoria da qualidade de vida da população e do meio ambiente (RIBEIRO, 2003¹; RIVLIN, 2003; POL, 2003; MOSER; 2005a e GIFFORD, 2005; WIESENFELD, 2003).

A área ambiental se configura ainda como um desafio para a Psicologia, pois seus estudos são diversificados e fragmentados em função das trajetórias de formação dos profissionais que atuam nesse setor e da diversidade dos enfoques e das pesquisas na área (PINHEIRO, 2005). A Psicologia Ambiental possui uma história recente e carece ainda de delineamentos e parâmetros claros que orientem o exercício profissional, as investigações e intervenções acadêmicas e extra-acadêmicas (WIESENFELD, 2005).

ALGUNS EVENTOS ECOLÓGICOS

É necessário nos aproximar da maneira como as questões ambientais foram tratadas para discutirmos a inserção da Psicologia nesse campo. Neste sentido identificamos alguns eventos ecológicos importantes para propiciar essa reflexão.

As discussões ambientais por um longo período fizeram parte do repertório das ciências em um patamar secundário ou marginalizado, em função da dimensão das consequências da degradação ambiental em épocas anteriores (LOUREIRO, 2008). Hoje, essas questões ganham visibilidade em função do caráter reflexivo da modernidade e da conscientização dos riscos produzidos pelos avanços técnicos e científicos, evidenciados na superação da ilusão humana de domínio sobre a natureza (BECK, 1998).

Os séculos XVI e XVII foram marcados por essa dominação e pela necessidade humana de afirmar-se frente à natureza através de dispositivos tecnológicos. No

¹ Livro no prelo, a ser publicado em 2011 pela Editora da Universidade Federal de Alagoas (EDUFAL) sob o título: Os sentidos da pesca e a pesca dos sentidos: um estudo psicossocial para a compreensão do sumiço dos peixes da pesca de curral em Ipioca. Maceió, AL.

século XVIII, houve a radicalização desse fenômeno, com a instalação de indústrias e fábricas em uma escala nunca antes vista, tendo o auge desse processo ocorrido na Inglaterra nesse mesmo século, evidenciando uma corrida desenvolvimentista fundamentada no privilégio do maquinário em detrimento dos aspectos ambientais envolvidos. A fumaça produzida pelas indústrias (*smog*) trouxe como consequência a degradação do meio ambiente e o prejuízo à saúde da população. As condições de vida próximas às fábricas tornaram-se insuportáveis e a situação se agravou com a intensa migração camponesa e o crescimento desordenado das cidades, o que produziu uma alta concentração populacional constituída principalmente de trabalhadores pobres, expostos a um ambiente insalubre de trabalho e moradia (CARVALHO, 2008, p. 55).

Diante disso, fez-se necessário criar outras estratégias para enfrentar essas adversidades produzidas pelo processo industrial, como por exemplo, os movimentos naturalistas. Eles buscavam responder ao impacto da industrialização sobre os modos de produção tradicionais e sobre a paisagem da época e surgiram como uma réplica aos avanços técnico-científicos característicos da Revolução Industrial (GIDDENS, 1991). Dentre as ações desenvolvidas por eles, a proteção de áreas e parques naturais e a fundação de sociedades de preservação da natureza foram duas tendências que emergiram no final do século XIX e constituíram-se como a primeira fase do que viria a denominar-se posteriormente de *ambientalismo* (CASTRO, 2005).

Essa fase visou à preservação de paisagens e afirmava que a natureza deveria permanecer intocada. Esse período é caracteristicamente romântico e objetivou valorizar a natureza em todos seus atributos buscando não transformá-la, produzindo uma cultura focada na inalterabilidade do ambiente (CARVALHO, 2008). Alguns autores afirmam que as manifestações coletivas acerca do meio ambiente nesse período histórico não constituíram um objeto de interesse dos estudiosos justamente por se resumirem às iniciativas esparsas de cunho conservador e conservacionista (LOUREIRO, 2008). Outros afirmam que ocorreu forte presença de representantes da academia e cientistas nesses movimentos, mas que a participação popular foi pouco significativa (FERREIRA, 2004). Isso caracteriza a multiplicidade de discursos sobre o ambientalismo na época e os diversos posicionamentos assumidos na sociedade frente às questões ambientais, mesmo que até o referido momento este movimento não estivesse consolidado. O ambientalismo se consolidou enquanto movimento social apenas no período pós-guerra quando se associou a propostas reacionárias aos efeitos colaterais que a guerra provocara no ambiente, juntando esforços em diversas áreas para a reconstrução dos espaços de habitação e convivência social (MOSCOVICI, 1993 apud CASTRO, 2005).

O auge das discussões sobre as questões ambientais se estabeleceu no início da década de 70 quando elas foram institucionalizadas através de tratados internacionais, leis e da criação de Ministérios do Meio Ambiente, bem como das organizações não-governamentais e partidos verdes (FERREIRA, 2004). Esse foi ainda um período de grandes agitações políticas e econômicas desencadeadas por eventos como a crise do Petróleo em 73.

Ribeiro (2003) identifica na literatura eventos que propiciam a visibilidade e a circulação dos discursos que apontam os limites dos recursos naturais e a preocupação ecológica. Cita Reigota (1999), que aponta o movimento de 68 como o mais radical, caracterizado por sua posição antinuclear e pacifista, discutindo temas relativos a toda a humanidade, o que caracterizaria a primeira vertente ecologista.

A segunda vertente ecologista apontada por Reigota (1999) é a Conferência de Estocolmo, ocorrida em 1972, que denomina de técnico-administrativa. Nessa conferência, os problemas mundiais relacionados à poluição, foram apresentados pela comunidade científica que se mostrava preocupada com seus efeitos adversos.

Loureiro (2003), citado por Tavares Júnior (2007), indica a relevância da publicação do Relatório Meadows produzido e apresentado pelo Clube de Roma em 1972. Esse relatório aponta os limites do crescimento e desenvolvimento acelerado e suas consequências para a vida na Terra. São ainda exemplos de eventos e publicações que produziram efeitos de discussão nas décadas seguintes o Relatório Brundtland *Our Common Future* (1987), a realização da ECO-92 no Rio de Janeiro (1992) e a abertura do protocolo de Kioto (1998).

A presença da Psicologia não é identificada nesses eventos, enquanto participante desses movimentos. Os posicionamentos, aproximações e discussões, em relação a esses eventos, estão presentes nas pesquisas como configurações da área do meio ambiente, mas não como campo de ação dos psicólogos.

A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NAS DISCUSSÕES AMBIENTAIS

É possível identificar dois movimentos de emergência da Psicologia Ambiental: o movimento americano e o movimento europeu. A Psicologia Ambiental de matriz norteamericana objetivou otimizar a relação do sujeito com o ambiente, enquanto a Psicologia Ambiental européia emerge com forte vocação social e comprometimento político, em resposta à grave crise social e habitacional que ocorreu no pós-guerra (WEINSENFELD, 2005).

Um dos pioneiros da Psicologia Ambiental no país, José de Queiroz Pinheiro aponta que o desenvolvimento dessa área no Brasil ocorreu em relação direta com

os acontecimentos de outros países. Explica que isso ocorre porque a formação dos pesquisadores brasileiros ocorreu no exterior, participaram de congressos internacionais na área ou estabeleceram colaborações com autores da Espanha, Estados Unidos, França, México e Venezuela, produzindo uma Psicologia Ambiental plural (PINHEIRO, 2003).

Enquanto no Brasil o foco era a construção de um país do futuro no presente, na Europa e em outros continentes a questão era a recuperação espacial das cidades destruídas durante as guerras. No movimento de construção e reconstrução dos espaços, arquitetos e engenheiros buscaram o apoio dos psicólogos de modo a planejarem em conjunto os ambientes a serem reconstruídos. Isso aponta para uma inserção inicial desses profissionais nas práticas ambientais, bem como para a interdisciplinaridade que, posteriormente, constituiu-se como um ponto fundamental desse campo. Outra tendência que vigorou na Psicologia nesse momento foram as discussões sobre o esgotamento dos recursos naturais, que culminaram na conscientização da insustentabilidade de manter as condições ambientais vigentes no período (FERREIRA, 2004; CASTRO, 2005; TASSARA; RABINOVICH 2003).

Os pioneiros dessa nova área buscaram estudar a relações humano-ambientais, incorporando diversas perspectivas teóricas em seus estudos, integrando a dimensão social da relação entre as pessoas e o ambiente, estabelecendo vínculos com outras disciplinas e aplicando os conhecimentos obtidos para melhorar a qualidade de vida das pessoas e o ambiente (WEINSENFELD, 2005). Assumiram ainda uma postura política de compromisso com a sociedade visando à transformação social (FERREIRA, 2004). Esse compromisso pautado na conscientização, denúncia e ativismo político, foi influenciado pelos movimentos de 68, quando se buscou uma aproximação das demandas sociais questionando os modelos de ensino e a academia (LANE, 2008). Na década de 80, o ativismo passou a integrar também o meio acadêmico, pois aparentemente, a Psicologia Ambiental era compreendida como uma área de atuação em que era possível unir as práticas de pesquisa científica com algum nível de participação política (FERREIRA, 2004).

A participação política e as propostas transformistas dos anos 70 e 80 diminuíram nas décadas seguintes e alguns autores apontam que a Psicologia Ambiental na atualidade não mais diferencia seu discurso daquele proferido por outras disciplinas (FERREIRA, 2004). Várias críticas hoje são feitas diante dessa constatação, tanto em relação às temáticas ambientais como à Psicologia Ambiental.

As práticas de pesquisa e investigação em Psicologia Ambiental foram e ainda são voltadas para a conscientização dos atores sociais sobre a necessidade de preservar o ambiente, bem como, carecem de aplicabilidade no contexto social. A

ênfase da pesquisa em Psicologia Ambiental foi, durante muito tempo, voltada para que a população se preocupasse com o meio ambiente em detrimento de agir em prol dele. Todavia, na atualidade propõem que sejam fomentadas ações que possibilitem às pessoas comprometer-se com seu ambiente e assumir uma postura ecologicamente correta (PINHEIRO, 2005).

Da mesma forma, faz-se necessário repensar as razões das pesquisas em Psicologia Ambiental, pois durante muito tempo, tenderam a consolidar-se teoricamente e produzir resultados de difícil aplicação social.

Assim, enquanto a academia oferece uma informação pouco pertinente e difícil de ser traduzida em termos de ação, as instituições não acadêmicas demandam informação científica para a solução de prementes problemas sociais, que a Psicologia Ambiental não está capacitada a prover. Portanto, não é de se estranhar a falta de aplicabilidade e de aplicação dos resultados das investigações, pois muitas delas oferecem o que não se pede e, paralelamente, não estão em condições de trazer o que é requisitado. Esta falta de pertinência dos resultados é contrária aos requisitos de utilidade social da disciplina (WIENSENFELD, 2005, p. 61).

Outra crítica que se fez durante muito tempo à iniciativa ambientalista é que ela só se manifestava frente a grandes crises e que se fazia necessário fomentar ações de caráter preventivo, a fim de evitar futuras complicações e riscos, o que se constitui como uma possibilidade de atuação de base (FUNTOWICK; DE MARCHI, 2008). Essa crítica é fundamental para repensar as práticas ambientais e as práticas educativas como indissociáveis.

Esta se apresenta como uma das principais críticas à Psicologia nesse campo e a partir dela propõe-se discutir as lacunas que hoje solapam a fundamentação de uma prática psicológica para a atuação em políticas ambientais.

ESCARAFUNCHANDO EM BASES DE DADOS

Realizamos um levantamento de artigos nas bases de dados Index Psi Revistas Técnico Científicos; Index Psi Teses; Literatura Latino americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePsic) e, posteriormente, na Scientific Library Online (Scielo). Nas quatro primeiras bases de dados utilizamos os seguintes descritores: Políticas Públicas e Psicologia Ambiental; Políticas Públicas e Meio Ambiente; Políticas Públicas e Psicologia; Meio Ambiente e Psicologia; Psicologia Ambiental e Psicologia; Psicologia Ambiental e Meio Ambiente e; Psicologia Ambiental.

Os critérios de inclusão dos artigos foram os seguintes: a) artigos publicados nas revistas brasileiras, b) que possuem nos títulos e/ou no resumo a nomeação Psicologia Ambiental e Políticas Públicas, c) artigos que não se repetissem e d) artigos disponíveis para consulta.

Durante o levantamento na Index Psi Revistas Técnico Científicos, Index Psi Teses, LILACS e PePSIC, constatou-se um número considerável de artigos que não puderam ser disponibilizados. Em função disso, a pesquisa teve como procedimento complementar um levantamento bibliográfico na Scientific Library Online (Scielo) utilizando o descriptor - Psicologia Ambiental, que foi definido em função de sua amplitude, possibilitando a escolha de novos artigos não contemplados nas pesquisas anteriores.

Encontramos cento e sessenta e um artigos, dos quais foram excluídos dezoito, identificados em outra base de dados e, cinqüenta e um que não estavam disponíveis. Segundo os critérios anteriormente referidos, foram excluídos ainda setenta e cinco, totalizando vinte e sete artigos selecionados, conforme consta no quadro abaixo.

Bases de dados	Total de artigos	Artigos Repetidos	Excluídas por indisponibilidade	Artigos que não corresponderam aos critérios	Artigos Selecionados
Index Psi Rev. Téc. Científic.	74	6	34	28	6
Index Psi Teses	5	-	4	1	-
LILACS ²	32	3	13	9	7
PePSIC ³	3	-	-	3	-
Scielo ⁴	47	9	-	34	14
Total	161	18	51	75	27

² LILACS – Literatura Latino americana e do Caribe em Ciências da Saúde.

³ PePSIC – Periódicos Eletrônicos em Psicologia.

⁴ Scientific Library Online.

DISCUSSÕES

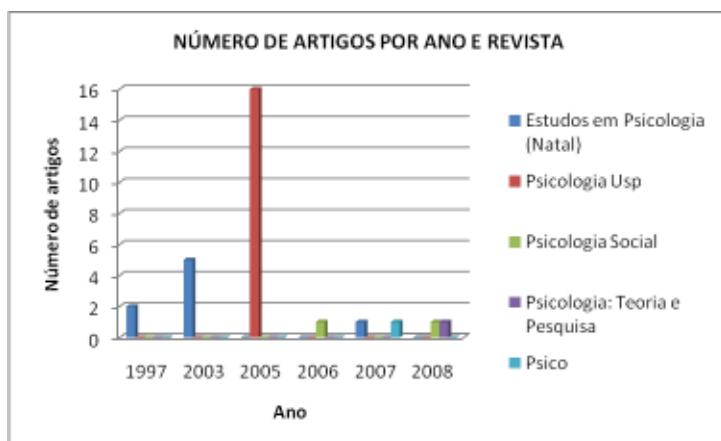
Os resumos dos vinte sete artigos selecionados foram analisados a partir do referencial teórico-metodológico das Práticas Discursivas (SPINK, 1999), levando em conta os objetivos dos artigos, os direcionamentos dos argumentos apresentados nos resumos e o contexto de sua produção, a fim de configurar as contribuições da Psicologia Ambiental do Brasil para o campo das Políticas Públicas. Fundamentados nessa análise, classificamos os artigos em três grupos.

O primeiro grupo refere-se a treze artigos direcionados para a configuração do campo de estudos da Psicologia Ambiental enquanto disciplina do ponto de vista epistemológico, teórico e metodológico (MOSER, 2005a; MOSER, 2005b; PINHEIRO, 2005; CASTRO, 2003; PELUSO, 2003; ELALI, 1997; MOYANO-DIAZ, 2005; UZZELL, 2005; RIVLIN, 2003; TASSARA, 2005a; TASSARA, 2005b; RABINOVICH, 2005; FREIRE, 2006).

Compõe o segundo grupo, oito artigos cujos direcionamentos foram identificados como teórico-práticos pelas propostas de intervenção apresentadas (PINHEIRO, 1997; CORRAL-VERDUGO, 2005; PINHEIRO; PINHEIRO, 2007; MATIAS; PINHEIRO, 2008; WEISENFELD, 2003; ROMICE, 2005; ORNSTEIN, 2005; JERÔNIMO; GONÇALVES, 2008).

Os seis artigos que direcionaram seus argumentos para a articulação entre a Psicologia Ambiental e as Políticas Públicas integram o terceiro grupo (POL, 2003; THIBAUD, 2005 BERNARD, 2005; CASTELLO, 2005 GARCIA-MIRA et al, 2005; GIFFORD, 2005).

O quadro abaixo configura o número de artigos publicados anualmente por revista. Entre os anos de 1997 e 2008, as produções que enfocaram a configuração do campo e as práticas permaneceram comparativamente estáveis sendo que nos últimos dois anos a prevalência é de estudos com viés intervencionista. Não foram encontrados artigos que abordassem essa temática antes do ano de 1997. Da mesma forma, no período entre 1998 e 2002 também não foram encontradas produções na área. No ano de 2005, entretanto, é que ocorre o *boom* de publicações referentes à Psicologia Ambiental no Brasil. Todas essas publicações foram da mesma revista.



As revistas que mais publicaram esses temas foram a Estudos em Psicologia de Natal e a Psicologia USP de São Paulo vinculadas às universidades, nas quais existem grupos de pesquisa de Psicologia Ambiental. É importante salientar que os dezesseis artigos publicados no ano de 2005, na revista Psicologia USP, resultam das discussões ocorridas no Simpósio Internacional Psicologia e Ambiente, organizado entre os dias 18 e 21 de novembro de 2002 pelo Laboratório de Psicologia Sócio-Ambiental e Intervenção do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (LAPSI-IPUSP) e pelo International Association for People-Environment Studies (IAPS).

É importante salientar que esse evento incrementou as discussões ambientais na Psicologia e as publicações no Brasil no ano de 2005 e surtiu efeito nos bancos de dados. A publicação dessas discussões tornou-se um marco da pesquisa na área e fomentaram os estudos sobre Psicologia e meio ambiente no Brasil.

AS PUBLICAÇÕES QUE CONFIGURAM O CAMPO DA PSICOLOGIA AMBIENTAL

Gabriel Moser apresenta duas publicações na Revista Psicologia USP que abordam a configuração do campo (2005b; 2005a), fundamentada nas contribuições expressas no Congresso IAPS-16 (Paris, 2000) e no Simpósio Internacional Psicologia e Ambiente (São Paulo, 2002). No primeiro artigo, Moser (2005b) define as colaborações da Psicologia Ambiental e estudos pessoa-ambiente em termos da transdisciplinaridade, pluridisciplinaridade e interdisciplinaridade. Considera que a disciplina é monodisciplinar enquanto ciência e inter ou transdisciplinar enquanto prática de intervenção. Propõe a integração de diferentes abordagens disciplinares em abordagens transdisciplinares. No segundo artigo, referente ao Simpósio de

São Paulo, considera que a Psicologia Ambiental na atualidade possui três modos de funcionamento que remetem a determinadas práticas de pesquisa. Segundo ele, temos

1) uma psicologia ambiental acadêmica, preocupada essencialmente com a sistematização dos conhecimentos relativos à relação indivíduo ambiente; 2) uma psicologia ambiental estreitamente ligada à demanda social, assumindo uma posição de peritagem, e inscrevendo-se em um funcionamento de pesquisa aplicada, e 3) uma engenharia sócio-ambiental, correspondendo a uma pesquisa orientada, preocupada em acompanhar as mudanças introduzidas (MOSER, 2005a, p. 291).

Pinheiro (2005) também configura o campo de estudos a partir de uma pesquisa nos bancos de dados do Diretório Nacional de Grupos de Pesquisa do CNPq e no Banco de Teses da CAPES apontando a presença de várias Psicologias Ambientais.

Castro (2005) configura a disciplina do ponto de vista teórico ao abordar as representações sociais dos portugueses sobre a natureza e o ambiente. Segundo a autora, a Teoria das Representações Sociais (TRS) pode contribuir para uma maior integração teórica do campo e promove o aprofundamento do diálogo entre seus quadros teóricos. Ainda no campo teórico das representações sociais, Peluso (2003) implementa uma discussão interdisciplinar entre a Psicologia e a Geografia. Segundo a autora, a TRS permite ultrapassar as fronteiras entre as disciplinas.

Outros trabalhos discutem a interdisciplinaridade do ponto de vista metodológico. Elali (1997) aborda a interseção da Psicologia Ambiental e a Arquitetura, focalizando no método a possibilidade da interdisciplinaridade e defende o uso de múltimétodos. Moyano-Diaz (2005) explora a especificidade da interdisciplinaridade metodológica em Psicologia Ambiental, concluindo que há um pluralismo metodológico. Uzzel (2005) enfoca a condução da pesquisa interdisciplinar e as metodologias e considera que não há métodos sem teorias, o método é um meio de comunicação entre as disciplinas, com caráter político e ético.

Rivlin (2003) propõe a interdisciplinaridade, a atenção às questões éticas e tecnológicas e à compreensão holística das relações pessoa ambiente, a partir da análise dos pressupostos que orientaram os primeiros trabalhos em Psicologia Ambiental.

Tassara (2005a) propõe um novo paradigma que se caracteriza como transdisciplinar, ao considerar o conceito de ambiente dos geógrafos Milton Santos e Aziz Ab'Saber. Em outro artigo (2005b) aborda a Psicologia Ambiental da perspectiva de seus objetos de estudo também a partir de uma análise do conceito de ambiente.

Rabinovich (2005) defende um posicionamento culturalista e relativista dos estudiosos da disciplina a fim de se aproximar de uma proposta que ela denomina Psicologia Ambiental Indígena.

Freire e Vieira (2006) propõem uma nova abordagem ética da Psicologia Ambiental e da Educação Ambiental a partir da ética da alteridade radical de Emmanuel Lévinas.

AS PUBLICAÇÕES QUE CONFIGURAM INTERVENÇÕES TEÓRICO-PRÁTICAS

Os artigos do segundo grupo direcionam seus argumentos para configurar uma intervenção, seja apresentando propostas a partir dos resultados de suas pesquisas, como discutindo referenciais teórico-metodológicos da disciplina que possibilitam a intervenção.

Pinheiro (1997) aborda as formas como a Psicologia pode se engajar para solucionar problemáticas ambientais. Para isso, realiza um estudo histórico das implicações teóricas e práticas do desenvolvimento da disciplina discutindo ainda questões teórico-metodológicas.

Corral-Verdugo (2005) define o objeto de estudo da disciplina classificando as variáveis que interferem no comportamento ambiental. Considera importante levar em conta que diferentes culturas produzem diferentes visões de meio ambiente.

O estudo de Pinheiro e Pinheiro (2007) analisa a compreensão do termo “cuidado ambiental” dos estudantes universitários do Rio Grande do Norte e suas possíveis relações com indicadores científicos de predisposição pró-ambiental. Nesse estudo, buscam a validação de categorias de análise das pesquisas psicológicas na sua inter-relação com a Educação Ambiental a partir de uma discussão metodológica. Nesta mesma direção, Matias e Pinheiro (2008) focalizam as definições de desenvolvimento sustentável na mesma população do estudo anterior e analisam como as pessoas se apropriam e que sentidos produzem sobre esse conceito. Categorizam esses discursos e consideram suas prováveis repercussões nas ações das pessoas.

Wiesenfeld (2003) discute as possibilidades de contribuição da Psicologia Ambiental na produção de comunidades sustentáveis no contexto latino americano. Conclui expondo os desafios principais que a Psicologia Ambiental deve satisfazer para promover a sustentabilidade.

Romice (2005) fundamenta-se em suas experiências profissionais enquanto orientadora de projetos em comunidades de vários países da Europa para discutir métodos de intervenção em Psicologia Ambiental determinados pela interdisciplinaridade. Conclui que as metas não são suficientes para unir as

diferentes abordagens metodológicas usadas pelos profissionais, sendo necessário também um treino conjunto e identidade de valores.

O estudo de Ornstein (2005) aponta a metodologia como uma forma de articulação e intervenção entre Arquitetura, Urbanismo e Psicologia a fim de produzir intervenções ambientais fundamentadas na interdisciplinaridade. Propõe sugestões para uma ação integrada entre as diversas áreas e disciplinas.

Jerônimo e Gonçalves (2008) realizaram um estudo de caso para compreender o processo de re-apropriação do espaço de moradores de uma comunidade de Santa Catarina após a “invasão” de turistas brasileiros e estrangeiros. Consideraram a produção da subjetividade daqueles sujeitos, segundo a perspectiva da Psicologia Ambiental.

PSICOLOGIA AMBIENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

As contribuições da Psicologia Ambiental às Políticas Públicas foram identificadas em seis dos estudos selecionados, cujos argumentos são direcionados à inserção dos psicólogos na gestão das Políticas Ambientais, à construção e aplicação de conhecimentos da disciplina em Políticas Ambientais e às ações dos psicólogos junto à população para incentivar a participação comunitária.

Pol (2003) enfatiza a necessidade da Psicologia Ambiental fazer parte das estratégias de intervenção e gestão ambiental e revisa novas propostas nesse campo. De acordo com esse autor:

A forma atual de entender a gestão ambiental remete ao conjunto de ações preventivas e paliativas para minimizar os efeitos ambientais da atividade humana. A gestão ambiental é antes de tudo gestão do comportamento humano, tanto dentro como fora das organizações. A pergunta que devemos nos fazer é se a Psicologia Ambiental tem suficiente bagagem – ou se está disposta a desenvolvê-la – para fazer frente ao desafio e assumir a responsabilidade de estar presente na gestão ambiental (p. 235).

O uso dos conhecimentos da disciplina nas intervenções é proposto por Bernard (2005), que direciona para a contribuição da Psicologia Ambiental na política de construção de moradias. A autora propõe considerar transformações nos espaços habitacionais para que sejam atendidas determinadas exigências de ordem psicológica identificadas na pesquisa, promovendo o bem estar dos moradores. Nesse mesmo direcionamento, Thibaud (2005) reflete sobre o conceito de ambiente e considera sua interferência direta na forma como as ações das Políticas Ambientais

serão tomadas. Propõe que a Psicologia Ambiental leve em conta a percepção usual do ambiente e elabore métodos que possibilitem a interdisciplinaridade.

O estudo de Gifford (2005) apresenta uma proposta de intervenção ao afirmar que para a Psicologia Ambiental influenciar nas estratégias de construção do futuro faz-se necessário estudar como os cenários podem melhor servir aos desejos e necessidades humanas e a partir disso, mobilizar o interesse público por meio da educação ambiental.

O direcionamento para uma intervenção junto às Políticas Públicas também está presente no artigo de Castello (2005), ao argumentar que a Psicologia Ambiental pode contribuir com a definição e concretização da Política Ambiental, ajudando a emitir objetivos contextualizados e promovendo a participação comunitária. Propõe que a Psicologia Ambiental de torne mais pragmática.

Garcia Mira et al (2005), questiona a possibilidade de articulações entre os psicólogos ambientais e os políticos, ao considerar que os psicólogos ambientais estiveram mais preocupados com a construção teórica e acadêmica da disciplina, do que se vincular com as ações na complexa política ambiental. Direciona seus argumentos para a valorização dos contextos democráticos e participativo e propõe que a Psicologia Ambiental se insira no campo das Políticas Públicas com uma visão alternativa de participação.

PARA FINALIZAR

Pudemos compreender que a ênfase dada à pesquisa pela Psicologia Ambiental se caracterizou como necessária para configurar seu campo de estudos. Mais recentemente, os estudos vêm tomando um caráter intervencionista buscando contribuir para que ocorram transformações ambientais sem perder de vista as características atuais desse campo e a necessidade constante de reestruturação.

Os artigos compreendidos como aqueles que configuraram o campo, discutem os referenciais teóricos adotados para a compreensão de problemas ambientais, as posições epistemológicas e propõem mudanças de paradigma para o avanço da Psicologia Ambiental e o problema das metodologias de intervenção e pesquisa, principalmente em referência ao uso de metodologias similares em ações interdisciplinares. Os artigos considerados de viés intervencionista caracterizam-se como teórico-práticos por refletirem como a compreensão de alguns conceitos utilizados pela Psicologia Ambiental pode direcionar as ações ambientais bem como a forma como o conhecimento produzido nos estudos pode contribuir para a intervenção.

Os artigos que relacionam a Psicologia Ambiental e as Políticas Ambientais

indicam a contribuição dessa disciplina em várias direções. Pol (2003) propõe a participação da Psicologia Ambiental na Gestão Ambiental desenvolvendo um conjunto de ações preventivas e paliativas que minimizem os efeitos adversos provocados pela ação humana. Thibaud (2005) e Bernard (2005) sugerem que o conhecimento da Psicologia Ambiental ofereça subsídios para serem aplicados pelas Políticas Públicas para promover a qualidade de vida das pessoas. Castello (2005), Garcia Mira et al (2005) e Gifford (2005) propõem que a Psicologia Ambiental desenvolva ações que promovam a participação comunitária na Política Ambiental.

Incentivam a participação e o controle social na construção de conceitos e metodologias de intervenção para a área, na tomada de decisão para promoção de ações ambientais e em formas de efetivar os programas e políticas ambientais da atualidade. Dessa maneira, caracterizam-se como propostas éticas e políticas ao contribuir para o empoderamento do coletivo e o exercício dos direitos ambientais.

Identificamos nos artigos publicados em revistas científicas brasileiras, algumas aproximações entre a Psicologia Ambiental e as Políticas Ambientais, que se configuraram como propostas de ações e algumas intervenções. Ao considerarmos que o campo das políticas públicas é emergente, devemos levar em conta as limitações desta pesquisa em função do objeto de estudos escolhido, as revistas científicas. Observamos que os artigos são produzidos na sua maioria por professores, que são pesquisadores e desta forma as publicações em bancos de dados referem-se especificamente à produção acadêmica. Nesse sentido, identificar a ausência de ações dos psicólogos em políticas ambientais concretizadas em publicações, não quer dizer que elas não existam. É possível que haja psicólogos atuando em Políticas Ambientais, mas suas ações não são visibilizadas em revistas científicas.

A partir dessas considerações, para finalizar, não estamos encerrando esta discussão tão recente, pelo contrário, esperamos que este estudo, da forma como configuramos as contribuições da Psicologia Ambiental às Políticas Ambientais, contribua para novos conhecimentos e fomente novas práticas.

REFERENCIAS

- BECK, U. *La sociedad del riesgo*. Hacia a uma nueva modernidad. Barcelona: Paidós, 1998.
- BERNARD, Y. Contribuição da Psicologia Ambiental para a política de construção de moradias. *Psicologias*, São Paulo, [online], 2005.
- CARVALHO, I. C. M. A questão ambiental e a emergência de um campo de ação político-pedagógico. In: LOUREIRO. P.; CASTRO, R. S. (orgs). *A complexidade ambiental*. São Paulo: Cortez, 2008.

- CASTELLO, Lineu. Psicologia ambiental e política ambiental: estratégias para a construção do futuro. *Psicologias*, São Paulo, [online], 2005.
- CASTRO, P. Crenças e atitudes em relação ao ambiente e à natureza. In: SOCZKA, Luís. (Orgs). *Contextos humanos e psicologia ambiental*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.
- CASTRO, P. Pensar a natureza e o ambiente: alguns contributos a partir da Teoria das Representações Sociais. *Estudos em Psicologias*, Natal, [online], 2003.
- CORRAL-VERDUGO, V. Psicología Ambiental: objeto, “realidades” sócio-físicas e visões culturais de interacciones ambiente-comportamiento. *Psicologias*, São Paulo, [online], 2005.
- ELALI, G. A. Psicologia e Arquitetura: em busca do lócus interdisciplinar. *Estudos em Psicologias*, Natal, [online], 1997.
- FERREIRA, M. R. Problemas ambientais como desafio para a psicologia. In: GÜNTHER, H.; PINHEIRO, J. Q.; GUZZO, R. S. L. (Orgs). *Psicologia ambiental: entendendo as relações do homem com o seu ambiente*. São Paulo: Alínea, 2004.
- FREIRE, J. C.; VIEIRA, E. M. Uma escuta ética de psicologia ambiental. *Psicol. Soc.* Campinas, [online], 2006.
- FREITAS, M. de F. Q de. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária: Práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In: CAMPOS, R. H. de F. (Org). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. 14. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- FUNTOWICZ, S.; DE MARCHI, B. Ciência pós-normal, complexidade reflexiva e sustentabilidade. In: LOUREIRO, P.; CASTRO, R. S. (orgs). *A complexidade ambiental*. São Paulo: Cortez, 2008.
- GARCIA MIRA, R. et al. Psicología ambiental e política ambiental: questões teóricas e práticas. *Psicologias*, São Paulo, [online], 2005.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed Unesp, 1991.
- GIFFORD, R. O papel da Psicologia Ambiental na formação da Política Ambiental e na construção do futuro. *Psicol.* São Paulo, [online], 2005.
- JERÔNIMO, R. N. T.; GONÇALVES, T. M.. O processo de apropriação do espaço e produção da subjetividade. *Psic. Teor. e Pesq.* Campinas, [online], 2008.
- LANE, S. Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In: CAMPOS, R. H. de F. (Org). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. 14. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- LOUREIRO, C. F. B. Teoria social e a questão ambiental: pressupostos para uma práxis crítica em educação ambiental. In: LOUREIRO, P.; CASTRO, R. S. (orgs). *Sociedade e ambiente: a educação ambiental em debate*. São Paulo: Cortez, 2008.
- LOUREIRO, C. F. B. *O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política*. Rio de Janeiro: Quarter, 2003.
- MARTINS, M. H. M.; SILVA, R. L. da; RIBEIRO, M. A. T. Psicología, políticas públicas e meio ambiente: que interfaces possíveis? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA. [Anais...] São Paulo, 2010. Ciência & Profissão.

- MATIAS, H. J. D. & PINHEIRO, J. Q. Desenvolvimento sustentável: um discurso sobre a relação entre desenvolvimento e natureza. *Psicol. Soc.*, Campinas, [online], 2008.
- MOYANO DIAZ, Emilio. Uma exploração da especificidade e interdisciplinaridade metodológica em Psicologia Ambiental. *Psicologias*, São Paulo, [online], 2005.
- MOSER, G. A Psicologia Ambiental: competência e contornos de uma disciplina. Comentários a partir das contribuições. *Psicologias*, São Paulo, [online], 2005a.
- MOSER, G. Psicologia Ambiental e estudos pessoas-ambiente: que tipo de colaboração multidisciplinar? *Psicologias*, São Paulo, [online], 2005b.
- ORNSTEIN, S. W. Arquitetura, urbanismo e Psicologia Ambiental: uma reflexão sobre dilemas e possibilidades da atuação integrada. *Psicologias*, São Paulo, [online], 2005.
- PELUSO, Marília L.. O potencial das representações sociais para a compreensão interdisciplinar da realidade: Geografia e Psicologia Ambiental. *Estudos em Psicologias*, Natal, [online], 2003.
- PINHEIRO, José Q.. Psicologia Ambiental: a busca de um ambiente melhor. *Estudos em Psicologias*, Natal, [online], 1997.
- PINHEIRO, J. Q. Psicologia Ambiental: espaços construídos, problemas ambientais, sustentabilidade. *Estudos em Psicologias*, Natal, [online], 2003.
- PINHEIRO, J. Q. O lugar e o papel da Psicologia Ambiental no estudo das questões humano-ambientais, segundo grupos de pesquisa brasileiros. *Psicologias*, São Paulo, [online], 2005.
- PINHEIRO, T. F.; PINHEIRO, J. Q.. Cuidado ambiental: ponte entre psicologia e educação ambiental? *Psicologias*, São Paulo, [online], 2007.
- POL, E. A gestão ambiental, novo desafio para a psicologia do desenvolvimento sustentável. *Estudos em Psicologia*, Natal, [online], 2003.
- RABINOVICH, E. P.. Por uma Psicologia Ambiental das diferenças. *Psicologias*, São Paulo, [online], 2005. REIGOTA, M. A. S. *A floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna*. São Paulo: Cortez, 1999. RIBEIRO, M. A. T. *A perspectiva dialógica na compreensão de problemas sociais: o caso da pesca de curral em Ipioca -Macéio -Al.* 2003. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003. RIVLIN, L. G. Olhando o passado e o futuro: revendo pressupostos sobre as inter-relações pessoa-ambiente. *Estudos em Psicologias*, Natal, [online], 2003.
- ROMICE, Ombretta. Conhecimento, interdisciplinaridade e Psicologia Ambiental. *Psicologias*, São Paulo, [online], 2005.
- SPINK, M. J. P (org.) *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 1999.
- SPINK, M. J. P; MENEGON, V. M.; SOUZA BERNARDES, J. de; COELHO, A. E. L.. The language of risk in psychology: a social constructionist analysis of a psychological database. *Interam. J. Psychol.*, Porto Alegre [online], 2007.
- TASSARA, E. T. O. Psicologia Ambiental e futuro: reflexões geopolíticas sobre Política Ambiental. *Psicologias*, São Paulo, [online], 2005a.

TASSARA, E. T. de O.. Sincronias e diacronias: um recorte possível da Psicologia Ambiental no contexto contemporâneo das questões ambientais. **Psicologias**, São Paulo, [online], 2005b.

TASSARA, E. T. O.; RABINOVICH, E. P. Perspectivas da Psicologia Ambiental. **Estudos em Psicologias**, Natal, [online], 2003.

TAVARES JÚNIOR, F. A. Natureza S/A? O consumo verde na lógica do Ecopoder. 2007. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

THIBAUD, Jean-Paul. Psicologia Ambiental e Política Ambiental: estratégias de construção do futuro. **Psicologias**, São Paulo, [online], 2005.

UZZELL, David. Questionando os métodos na pesquisa e na prática interdisciplinares da Psicologia Ambiental. **Psicologias**, São Paulo, [online]. 2005.

WIESENFELD, E. La Psicología Ambiental y el desarrollo sostenible. Cual psicología ambiental? Cual desarrollo sostenible? **Estudos em Psicologias**, Natal, [online], 2003.

WIESENFELD, E. A Psicologia Ambiental e as diversas realidades humanas. **Psicologias**, São Paulo, [online], 2005.